

## Governo e oposição pedem rigor na apuração de denúncias

*Arruda só discorda de eventual paralisação do Congresso, enquanto Lauro quer convocar Motta. Marina e Ademar insistem em CPI e Suplicy critica comportamento do presidente*

### Em debate, desigualdade e fluxo migratório

As desigualdades regionais no Brasil estão crescendo, alertou sexta-feira o senador Leomar Quintanilha com base em dados divulgados pelo Ipea e pela Fundação Getúlio Vargas. Ele observou que a equipe econômica não tem atentado para essa injustiça sócio-econômica. Já o senador Carlos Patrocínio pediu ações concretas do governo para inverter o fluxo migratório, já que, segundo ele, 80% da população brasileira encontram-se nas regiões metropolitanas. Ele defendeu um programa de obras no interior, com a execução de 42 projetos prioritários do programa "Brasil em Ação". **Págs. 2 e 3**

### Plenário pode votar reeleição na quarta

O Senado deverá votar em primeiro turno, nesta quarta-feira, a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, elaborado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que manteve o texto aprovado na Câmara.

Pela proposição, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos poderão ser reeleitos para um



Francelino Pereira

único período subsequente. A emenda altera também a data das eleições para o primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato dos antecessores.

Amanhã, o plenário aprecia projeto de lei da Câmara que marca para o dia 15 de novembro deste ano a data de eleição de prefeitos e vereadores dos municípios criados entre 31 de dezembro de 1995 e 31 de agosto de 1996.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda, afirmou sexta-feira, em plenário, que o país espera ver "rigorosamente apurado" o episódio da compra de votos de deputados em favor da emenda da reeleição. Mas, na sua avaliação, as investigações sobre o episódio não devem paralisar as atividades do Congresso.

Ao defender também uma "profunda investigação dos fatos", o senador Lauro Campos apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, para que explique as denúncias ao plenário do Senado.

Os senadores Ademar Andrade e Marina Silva defenderam a criação de uma CPI para investigar as denúncias. Eduardo Suplicy criticou o comportamento do presidente da República no episódio. **Páginas 4 e 5**

## Cabral homenageia estilista morta na ditadura

Ao lembrar que há 48 anos perdeu um irmão, morto por organismos de segurança, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) invocou sexta-feira o sofrimento por que passou sua mãe, para homenagear a estilista Zuzu Angel, cujo assassinato, em 1976, acaba de ser atestado por novo laudo pericial. Ele pediu a transcrição, nos Anais do Senado, das matérias com que o jornal *O Globo* noticiou o de-



Cabral apóia apuração da verdade

sarquivamento desse inquérito. - Com esse novo laudo, que afasta a tese de acidente, restabeleceu-se uma verdade histórica.

O passado é sempre um ponto de partida para o futuro, pois há uma teia tecida por mãos invisíveis que vai afastando o manto da impunidade. A mentira foi sepultada de vez - ressaltou o senador.

Cabral leu trechos da entrevista concedida por Hildegard Angel, filha da estilista, sobre o novo laudo, que, segundo disse, a deixou "com a alma lavada". O senador afirmou que "valeu a pena ela não ter arquivado suas esperanças" e observou que "os que levaram Zuzu Angel à morte não sabiam que a história um dia a resgataria".

Ele elogiou o governo pela dignidade com que tem tratado esses processos oriundos da ditadura: "É uma atitude altamente creditada pela história apurar a verdade dos fatos e, neste caso, o governo está fazendo justiça a uma mãe que desapareceu, mas cuja dignidade ninguém conseguiu esquecer". Cabral lembrou que, em novembro do ano passado, abordou o caso Zuzu Angel, tendo seu alerta sido confirmado agora nas matérias publicadas pelo jornal *O Globo*.

# Patrocínio pede ações para inverter fluxo migratório

*Ao mostrar que capitais e cidades maiores não têm condições de absorver jovens sem qualificação profissional, senador defende execução de grandes obras no interior*

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) atribuiu o aumento da violência no país ao ciclo migratório do interior para a cidade, que produz uma exagerada concentração urbana. Em discurso pronunciado na sexta-feira, ele lembrou que mais de 80% da população brasileira encontram-se nas regiões metropolitanas, e defendeu a inversão do fluxo migratório por meio de uma interiorização

do desenvolvimento.

Patrocínio afirmou que os cinturões de pobreza que envolvem os grandes centros, a vida subumana dos habitantes das periferias, dos morros e das favelas, a fome, a miséria e o desemprego "desembocam, inapelavelmente, nos percentuais dos censos penitenciários" - 95% dos detentos são absolutamente pobres, 76% são analfabetos ou semi-analfabetos e 68% têm menos

de 25 anos de idade.

- O perfil do sentenciado revela, portanto, um brasileiro jovem, em idade de trabalhar, sem instrução, sem a menor qualificação profissional, inadaptado à vida urbana, desempregado e faminto, um homem desesperado - frisou ele.



Carlos Patrocínio

Carlos Patrocínio disse que as capitais e as cidades de maior porte não têm como absorver pessoas com esse perfil e, por isso, defende a transformação do Brasil "em um verdadeiro canteiro de obras", com a execução dos 42 projetos prioritários do programa "Brasil em Ação".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS PLENÁRIO

Terça-feira (20.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: \*PLC nº 20/97, que dispõe sobre a eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores dos municípios novos, criados até 31.08.96.

Quarta-feira (21.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da \*PEC nº 4/97, que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

Quinta-feira (22.05.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (23.05.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Terça-feira (20.05.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; \*PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; \*PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; \*PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e \*Ofício "S" nº 35/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do Rio Grande do Sul, para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 125 milhões, destinados a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

16h30 - CPI dos Precatórios

Pauta: Reunião de trabalho e, em seguida, tomada de depoimento do liquidante do Banco Votorantim, Celso Macedo Possas. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quarta-feira (21.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário

dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 89/96 (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; \*PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação; \*PLS nº 84/96, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; \*PLS nº 201/96, que cria a Bolsa-Cidadão; \*PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS; e \*PLS nº 16/96 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição dos senadores relatores dos projetos de resolução em investigação na CPI. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quinta-feira (22.05.97)

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião extraordinária)

Pauta: Exposição do presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - (Anfp), Álvaro Solon de França; do presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada - (Abrapp), Nelson Pedro Rogieri; e do diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Rui Brito de Oliveira Pedrosa sobre a \*PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; \*PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; \*PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; \*PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; e \*PLS nº 139/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

# Quintanilha condena descaso com desigualdades

As prioridades na distribuição de recursos oficiais orientam-se para a região Centro-Sul, e a equipe econômica do governo não tem atentado para essa injustiça social, afirma o senador

As desigualdades regionais no Brasil estão crescendo, e a equipe econômica do governo não tem atentado para essa injustiça sócio-econômica, alertou na sexta-feira o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), referindo-se a dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação Getúlio Vargas, mostrando que até mesmo o próprio



Leomar Quintanilha

concluiu-se que 64,3% dos R\$ 73,4 bilhões de investimentos programados pelo setor privado, até o ano 2000, vão para o Sudeste - disse o senador.

Quintanilha assegurou que a

BNDES, além da iniciativa privada, passou a dar prioridade a investimentos no Centro-Sul.

- Com base nos levantamentos do Ipea para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, mo-

strando a necessidade de o governo reexaminar imediatamente as políticas econômicas regionais.

Quintanilha também se baseou em matéria publicada pelo *Jornal de Brasília* do úl-

timo dia 12 para apontar o direcionamento de investimentos para o Sul-Sudeste, em detrimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A seu ver, esse fato decorre da globalização da economia, "onde o Mercosul é priorizado".

Na matéria, conforme destacou, a professora Fátima Bayma, da Fundação Getúlio Vargas, diz que nem mesmo o "deslocamento de indústrias têxteis e de calçados de São Paulo para o Nordeste tem melhorado a situação de desigualdade".

## Távola observa conflito na retórica política

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que a evolução dos meios de comunicação tomou de surpresa a retórica política e gerou um conflito: "Enquanto a comunicação contemporânea exercia no seu discurso elementos como sintetização, simplificação e massificação, a retórica política ainda guarda o tom solene e grandiloquente dos discursos, com o predomínio da palavra sobre a sig-

nificação".

Para Távola, no discurso político, as ênfases e a dramatização das vezes eram necessárias em épocas anteriores ao microfone e às câmeras de televisão. A consequência disso, segundo ele, é uma resistência do público, que percebe uma fala superada.

- O mesmo se dá quanto aos



Artur da Távola

conteúdos da fala. Na sociedade, latejam correntes culturais ascendentes que representam a emergência de temas oriundos dos embates da sociedade em suas profundezas sócio-psicológicas e, em determinado momento, cristalizam-se e sobem ao conhecimento médio das pessoas, tornando-se temas comuns.

## No Senado, o tempo da princesa

Será inaugurada nesta segunda-feira, às 11h, no Salão Negro do Congresso Nacional, uma exposição intitulada *A Princesa Isabel e seu Tempo*.

Trata-se de uma mostra comemorativa dos 150 anos de nascimento da princesa, herdeira da Coroa e única mulher a ocupar a chefia do Estado brasileiro. A exposição terá 60 painéis, onde serão apresentados retratos de família e de amigos, casas em que morou, lugares frequentados, cartas recebidas e enviadas, e documentos que mostram o tempo em que viveu a princesa. Realizada por iniciativa da Coordenação de Relações Públicas e organizada pelo Arquivo Nacional, a exposição permanecerá no Salão Negro de 19 de maio a 2 de junho.

## Rádios católicas transmitem amplo noticiário do Senado

Vinte e cinco emissoras da Rede Católica de Rádio (veja quadro ao lado) já estão transmitindo, de segunda a sexta, um amplo noticiário sobre as atividades do Senado Federal. A iniciativa resulta de convênio celebrado entre a Casa e a Fundação Padre Pelágio.

Outro resultado a curto prazo desse convênio será a divulgação de entrevistas com senadores. As entrevistas serão realizadas nos estúdios da Rádio Senado.

## Emissoras que divulgam notícias do Senado:

- Rádio Educadora do Nordeste, Sobral - CE
- Rádio Difusora de Goiânia, Goiânia - GO
- Rádio Renascença Ltda., Ribeirão Preto - SP
- Rádio Sociedade de Muriaé Ltda., Muriaé - MG
- Rádio Difusora de Macapá, Macapá - AP
- Rádio Aimorés Ltda., Aimorés - MG
- Rádio Tocantins, Porto Nacional - TO
- Rádio Difusora de Joinville, Joinville - SC
- Rádio Gazeta de Alagoas, Maceió - AL
- Rádio do Comércio Ltda., Barra Mansa - RJ
- Rádio Cultura de Cuiabá, Cuiabá - MT
- Rádio Jornal do Comércio Ltda., Recife - PE
- Rádio Integração FM, Jacinto Machado - SC
- Rádio Vale FM 97,9 Ltda., Rubiataba - GO
- Rádio Cultura de Belo Horizonte, Belo Horizonte - MG
- Rádio Londrina S/A, Londrina - PR
- Rádio Cultura de Sergipe, Aracaju - SE
- Rádio e Televisão de Irecê Ltda., Irecê - BA
- Rádio Xavantes de Ipameri, Ipameri - GO
- Rádio Educação Rural Ltda., Campo Grande - MS
- Rádio São Francisco, Anapólis - GO
- Rádio Trianon, São Paulo - SP
- Rádio Caiari Ltda., Porto Velho - RO
- Rádio FM Stéreo Cruzeiro do Sul Ltda., Itararé - SP
- Rádio Difusora de Itumbiara Ltda., Itumbiara - GO

## DENÚNCIAS

# Lauro Campos requer convocação de Motta

*Segundo o senador, ministro deve explicar ao plenário acusações sobre compra de votos para aprovar reeleição, já que não compareceu à Comissão de Sindicância da Câmara*

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou sexta-feira requerimento de convocação do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, para que explique ao plenário do Senado as denúncias divulgadas pela imprensa sobre a compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição. Conforme o senador, a sua iniciativa decorreu do fato de que, convidado a explicar-se perante a Comissão de Sindicância da Câmara, o ministro limitou-se a enviar uma versão escrita dos fatos.

- Estou encaminhando este requerimento porque não acre-

dito que tudo o que foi divulgado possa ter sido cometido pelo ministro para garantir a emenda da reeleição. E espero que nós, do Legislativo, nos coloquemos de pé, reafirmemos

nossa dignidade e reafirmemos que não estamos aqui para frequentar sauna com esse ou qualquer outro ministro - disse.

Lauro Campos referia-se a comentário feito por Sérgio Motta sobre políticos fisiológicos com quem só se poderia



Lauro Campos

conversar "numa sauna". E defendeu uma profunda investigação dos fatos, argumentando que, se foram comprados votos, não podem ter sido apenas os mencionados pela imprensa.

"Se o processo foi bem conduzido pela inteligência superior de Sérgio Motta, obviamente tem mais gente metida nessa embrulhada", assinalou.

O senador também afirmou que, na sua avaliação, o ministro Sérgio Motta assumirá a

culpa pelas irregularidades denunciadas pela imprensa, e comentou: "É óbvio que Maquiavel, como o próprio ministro se intitula, deve estar disposto a sacrificar-se pelo seu príncipe. Isso faz parte do destino". Para Lauro Campos, fazia parte do acerto para aprovar a emenda da reeleição a autodenúncia dos deputados.

- Os RS 200 mil e a estação de tevê não foram apenas para comprar esses votos, mas nisso estava embutido o preço da autodenúncia. Não encontro outra explicação para isso senão o maquiavelismo de Sérgio Motta.

## Para Marina, só CPI pode investigar compra de votos

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a instalação de uma CPI para investigar a possível compra de votos de deputados para que votassem a favor da emenda constitucional que permite a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República.

Ela criticou o governo, que estaria, a seu ver, impedindo a



Marina Silva

instalação dessa CPI, e ressaltou que a comissão de sindicância aberta pela Câmara é insuficiente para levar a cabo as investigações, já que não tem poder para quebrar sigilo bancário e telefônico.

Marina Silva lamentou que cinco parlamentares acreanos estejam envolvidos no episódio. Na opinião dela, isso acontece pela certeza de impunidade que vigora no Acre, onde "o governador tem cinco CPFs e está envolvido em contrabando, tendo um processo na Procuradoria da República que não anda". A

senadora lembrou também o assassinato de um governador do estado, "que sequer foi esclarecido". Para ela, se houvesse alguma punição no Acre, "com certeza esses episódios não estariam se repetindo".

Marina disse que, em razão da dimensão da denúncia e do envolvimento do ministro das Comunicações, o episódio da compra

dos votos não pode ser comparado, como na opinião dela fez o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a um torneio de futebol onde se expulsa um jogador que cometeu infração grave e o jogo continua.

Em aparte, o senador Arruda esclareceu ter pretendido enfatizar a importância da continuidade do jogo democrático, que, "sem nenhum susto, sem nenhum artifício, trouxe a estabilidade econômica para o país e indicou um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo".

## Ademir afirma que FHC sabe que será atingido

O líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA), afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso está empenhado em evitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inqué-



Ademir Andrade

rito (CPI) sobre as denúncias de compra de votos para a emenda da reeleição porque sabe que será atingido.

- O presidente está tentando, por todos os meios, evitar a instalação da CPI, da mesma forma como não deixou que fosse criada a CPI do sistema financeiro, porque sabe que isso vai atingi-lo, porque tem consciência de que as trocas de cargos e de favores por votos pela reeleição irão, conseqüentemente, atingi-lo - disse.

Ademir Andrade lamentou "profundamente" a declaração do presidente de que as denúncias sobre a compra de votos constituíam-se em uma

"onda da oposição".

Para o senador, Fernando Henrique está tentando enganar a população.

- É lastimável que um chefe de Estado, sabendo que o problema nasceu em sua base de sustentação, agora queira passar à

opinião pública que esses fatos são nada mais nada menos do que uma onda da oposição - acentuou.

Ademir citou pesquisa da *Folha de S. Paulo* segundo a qual 91% da população querem a suspensão da tramitação da emenda da reeleição. E reafirmou que a oposição quer paralisar a tramitação da matéria no Senado e criar uma CPI.

Para o senador, o presidente deveria ser o primeiro a questionar a tramitação da emenda da reeleição, pedindo ao Congresso sua suspensão, e a fazer com que a questão seja devidamente apurada.

## DENÚNCIAS

# Arruda espera que compra de votos seja apurada com rigor

*Para o senador, Congresso precisa ter "instrumentos ágeis para punir parlamentares que se envolvam em qualquer prática que os desabone"*

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou sexta-feira que o país espera ver "rigorosamente apurado" o episódio da compra de votos em favor da emenda da reeleição. Ele entende que, em sintonia com o sentimento geral da população, os parlamentares devem exigir da comissão de sindicância instalada na Câmara que trabalhe como está fazendo: "com presteza, para que a sociedade brasileira e a opinião pública tenham respostas rápidas sobre os graves acontecimentos".

Na opinião do senador, as investigações sobre o episódio



**José Roberto Arruda**

não devem paralisar as atividades do Congresso. "Se em uma partida de futebol um jogador comete falta e é expulso, isso não significa que o jogo

deva ser paralisado", exemplificou. Ele usou essa alegoria para criticar uma minoria que, a seu ver, quer, em razão do episódio, paralisar as atividades parlamentares.

- O Congresso tem de ter - e o presidente Antonio Carlos Magalhães foi muito firme nessa postura - instrumentos mais ágeis de averiguação, de sindicância e de punição de parlamentares que eventualmente se envolvam em qualquer prática que os desabone" - afirmou. Para ele, além disso, o trabalho parlamentar precisa ter continuidade e, "ouvidas todas as posições, deve prevalecer o voto da maioria".



**José Bianco**

## Bianco pede que Rondônia puna corrupção

O senador José Bianco (PFL-RO) pediu a apuração das denúncias de corrupção no governo de Rondônia e a punição dos responsáveis. Na sua opinião, "todo governante é responsável por suas ações e por suas omissões".

Segundo o senador, o governador de Rondônia, Valdir Raupp, não agiu no início da crise, e por isso "os descabros administrativos só aumentaram, resultando nos atos escabrosos, pelo menos em parte já conhecidos, que traduzem uma verdadeira farra com o dinheiro do povo de Rondônia".

Bianco lembrou que, há um ano e meio, conclamou o governador a reunir as bancadas federal e estadual, prefeitos, vereadores e toda a sociedade civil, para um diagnóstico e combate conjunto da crise que, segundo o senador, já era visível nos primeiros meses do governo. Conforme disse, o governador, naquela ocasião, preferiu ignorar seu apelo.

O senador pediu ao governador de Rondônia a união de esforços para buscar um clima de normalidade entre os poderes e instituições. Bianco acentuou que "não estamos precisando de nenhum desentendimento, necessitamos reordenar a situação das escolas, acudir à saúde do povo, implantar obras nos municípios e atualizar os salários dos servidores estaduais".

## Suplicy diz que FHC age como quem não quer ver a realidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o comportamento do presidente Fernando Henrique Cardoso de tentar "abafar o episódio da compra de votos de deputados" não se coaduna com o de uma pessoa que, como ele, lutou pela anistia, pelas diretas-já, pela ética na política e pela realização da CPI do Orçamento. "Não reconheço mais o presidente Fernando Henrique Cardoso", disse.

Para Suplicy, Fernando Henrique Cardoso está agindo como quem não quer ver a realidade. Prova disso, a seu ver, é o fato de o presidente ter afirmado, em entrevista dada em Minas Gerais, que a denúncia de corrupção é "onda" provocada por adversários políticos contrários à reeleição e interessados em



**Eduardo Suplicy**  
ganhar "no tapetão".

Conforme Suplicy, isso não é verdade e o próprio Partido da Frente Liberal comprovou a autenticidade das fitas, expulsando de pronto dois de seus correligionários envolvidos no episódio. Por outro lado, o senador petista estranhou o não-comparecimento do ministro Sérgio Motta à Comissão de Sindicância ins-

taurada pela Câmara para esclarecer a denúncia.

Na opinião de Eduardo Suplicy, Sérgio Motta tem o dever de dar as explicações ao Congresso, e com sua negativa está colocando o presidente "em situação difícil", a ponto de já precisar de "um alto esquema de segurança" para aparecer em público. Para Suplicy, Sérgio Motta, a exemplo do que fez o ministro Henrique Hargreaves, do governo Itamar Franco, deveria deixar o cargo para fazer sua defesa.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou as colocações de Suplicy e afirmou ser impossível esquecer os livros escritos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o que ele fez quando senador em defesa da democracia e das instituições.

# Relatório da CPI será abrangente, diz Cabral

*"Ele conterà informações que farão tremer aqueles que pensam que ficarão impunes", revela o senador, destacando que a comissão apontará caminhos e soluções*

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse sexta-feira, em entrevista, que o relatório final da comissão será abrangente e denunciará muitos crimes ao Ministério Público. Segundo ele, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) tem trabalhado diariamente com seus assessores e o relatório deve ser entregue até o final deste mês. "O relató-

rio conterà informações que farão tremer aqueles que pensam que ficarão impunes", declarou.

**"No futuro, todos dirão que o sistema financeiro era de um jeito e ficou bem melhor"**

- A CPI vai ficar na história muito mais pelo que realizou do que por aquilo que foi impossível concretizar. No futuro, todos dirão que o sistema financeiro nacional era de um jeito e depois desta comissão ficou bem melhor, pois, a

partir dela, poderemos evitar que se cometam fraudes contra o Erário como vinham sendo cometidas - destacou.

Bernardo Cabral informou que, amanhã, a comissão ouvirá o liquidante do Banco Central junto ao Banco Votor, Celso Macedo Possas, e, na quarta-feira (dia 21), os senadores que foram relatores da emissão de títulos públicos. "A minha análise é que a CPI chegará ao seu final apontando caminhos e indicando soluções", afirmou.



João Rocha

## João Rocha elogia atuação de governador

O senador João Rocha (PFL-TO) manifestou seu apoio à atuação do governador Siqueira Campos, "que vem desenvolvendo um arrojado programa de melhoria da infra-estrutura do estado do Tocantins, visando a maior integração com o resto do país".

Mesmo tendo a menor receita do país, afirmou João Rocha, seu estado é o que mais investe em obras, com uma média de 200 milhões de dólares anuais, recursos que são utilizados para pavimentação de cerca de 3.500 quilômetros de rodovias, possibilitando a integração de todos os municípios com a capital do estado, Palmas.

João Rocha ressaltou a intenção do governo de atrair mais investimentos para o estado, financiando 70% do ICMS para novas indústrias e cooperativas, assim como um financiamento para a ampliação de negócios, que pode chegar a 50%.

Segundo o senador, um consórcio de empresas de Portugal, Chile e EUA vai investir 1,2 bilhão de dólares na construção de uma hidrelétrica em Palmas, e uma montadora chinesa pretende instalar uma fábrica de caminhões.

## Relatores dos projetos de emissões de títulos prestam depoimento quarta-feira

Os dez senadores que relataram os projetos de resolução autorizando emissões de títulos sob investigação da CPI dos Precatórios deverão fazer exposições na reunião da comissão nesta quarta-feira (dia 21), às 17h. Amanhã, no mesmo horário, a CPI colherá o depoimento do liquidante do Banco Votor, Celso Macedo Possas.

Os onze relatórios foram apresentados pelos senadores à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com parecer

favorável à emissão de títulos, por estados ou prefeituras, para o pagamento de precatórios.

Farão exposições os seguintes senadores: Bení Veras (PSDB-CE), sobre solicitação do estado de Alagoas; Carlos Wilson (PSDB-PE), estado de Pernambuco; Eduardo Suplicy (PT-SP), prefeitura de Campinas; Fernando Bezerra (PMDB-RN), estado do Rio Gran-

de do Sul; Gilberto Miranda (PFL-AM), prefeitura e estado de São Paulo, respectivamente em 94 e 96; Jonas Pinheiro (PFL-MT), prefeitura de Guarulhos; Lauro Campos (PT-DF), prefeitura de Osasco; Mauro Miranda (PMDB-GO), prefeitura de Goiânia; Nabor Júnior (PMDB-AC), estado de Santa Catarina; e suplente e então senador Pedro Piva (PSDB-SP), prefeitura de Guarulhos.

**Liquidante do Banco Votor, Celso Macedo, deverá depor amanhã, às 17h**

Fale com o **JORNAL DO SENADO**

Se você tem algum problema no recebimento do *Jornal do Senado*, ou deseja fazer alguma sugestão, entre em contato com a gente

Telefone: (061) 311-3333  
Fax: (061) 311-3137

Na Internet:  
jornal@senado.gov.br

Jornal do Senado  
70165-920 - Brasília-DF

# Odacir defende correta utilização da floresta

*Ao repelir acusações de uso indevido dos recursos naturais, senador cita o compromisso de Rondônia expresso no decreto estadual que estabeleceu o zoneamento econômico e ecológico*

## Suplicy quer reconhecimento a jornalista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou sexta-feira ter encaminhado ao ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena, uma carta pedindo o reconhecimento do jornalista Henrique Poloponsky, de 74 anos, como o inspirador da mudança do nome do Ministério da Guerra para Ministério da Guerra para Ministério do Exército.

Ele solicitou que o ministro manifeste, também por carta, o agradecimento da instituição a Poloponsky, que se intitula como um dos primeiros proponentes da mudança e pede que isso seja reconhecido enquanto está vivo. Suplicy disse que a proposta da mudança de nome foi feita pelo jornalista, em 1962, em artigo publicado na imprensa.

Em 1964, prosseguiu Suplicy, o senador Vasconcellos Torres e o deputado Emanuel Waismann apresentaram projetos propondo a mudança, mas as iniciativas foram arquivadas. A troca do nome do ministério, conforme o senador, ocorreu somente em 1967. Ele mencionou também os argumentos apresentados por Henrique Poloponsky para a sua sugestão. Entre esses argumentos, está o caráter belicoso do nome "Ministério da Guerra" e o fato de os demais ministérios militares se chamarem "Marinha" e "Aeronáutica".

O crescimento do estado de Rondônia não teria sido possível se os recursos naturais da região não tivessem sido utilizados para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A opinião é do senador Odacir Soares (PFL-RO), que indagou aos que acusam a região de destruidora de seus recursos naturais: "Como estaria Rondônia se não tivesse tocada nem alterada sua cobertura florestal?"

- Como teria o estado de Rondônia produzido 713 mil toneladas de grãos, na safra de 1995, se não fosse às custas do desmatamento de 534 mil hectares de florestas/ano? Como poderia ter produzido, em 1995, 708 mil toneladas de raízes de

mandioca, a insubstituível mandioca da alimentação cabocla, que, transformada em farinha, alcançaria uma produção de 236 mil toneladas? - perguntou.

Odacir Soares lembrou o compromisso do governo do estado, da sociedade local e da classe política com a utilização de recursos naturais da região, desde que foi editado o decreto estadual que estabeleceu o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico. O senador destacou ainda que, para o seu crescimento, o setor agropecuário de Rondônia "conterá com o indispensável apoio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento".



Odacir Soares



Guilherme Palmeira

## Palmeira apela por produtores de leite de AL

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) apelou ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, para que interceda junto ao Banco do Brasil no sentido de que seja refinanciada a dívida acumulada de R\$ 2,5 milhões que os produtores da bacia leiteira de Batalha (Alagoas) têm com o banco. Ele pede um prazo de cinco anos, com dois de carência, para saldar os compromissos.

Segundo Palmeira, os produtores de leite de Batalha tiveram seus créditos suspensos pelo Banco do Brasil, sob a alegação de inadimplência, e temem a perda do nível de competitividade da região, considerada um dos grandes pólos de desenvolvimento de Alagoas e do Nordeste, "fato que atinge direta ou indiretamente cerca de 300 mil pessoas".

Os preços praticados na produção de leite, disse o senador, são a principal causa da inadimplência dos produtores com o banco. Ele ressaltou que "é enorme e insuperável a diferença entre aumento de custos e o preço do leite *in natura* desde o início do Plano Real, chegando a quase 40%".

Para Guilherme Palmeira, "ninguém tem dúvidas dos benefícios da estabilidade econômica, porém desde que não sejam sacrificadas a agricultura e a pecuária de Alagoas, um estado que já sofre o declínio das indústrias fumageira e do açúcar".

## Mauro destaca indicação de senador romeno para Grupo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a indicação do senador romeno Nicolae Văcăroiu para presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Romênia-Brasil. Segundo o senador, "pela importância que o nome escolhido representa para o universo político de Bucareste, fica evidente que essa decisão tem o sentido de homenagear o Brasil e o seu povo".

- Cultuar e estimular os vínculos culturais entre Brasil e Romênia, como nações irmãs nas referências mais remotas da latinidade, é um objetivo que está nos propósitos do trabalho comum que, aos poucos, estamos

consolidando, tanto em Brasília como em Bucareste. Como nação que herdou essa identidade latina - levada a Portugal pelo Império Romano - cabe-nos manter essa chama, que tem o sentido do aprendizado sobre as nossas origens - disse o senador.

Presidente do mesmo grupo parlamentar no Congresso brasileiro, Mauro Miranda assinalou que a Romênia tem todas as condições para cumprir o papel estratégico de "trampolim" para o acesso do Brasil a outros países do Leste Europeu, principalmente "neste período posterior às grandes transformações ocorridas naquela região".



Mauro Miranda

# Maldaner denuncia que "Provão" virou marketing

*A avaliação de cursos não surtiu o efeito esperado, e muitas faculdades aproveitam para se promover, alerta o senador*

O Exame Nacional de Cursos - "Provão" - instituído pelo governo não tem obtido o resultado proposto, e passou a ser usado como *marketing* por muitas faculdades, denunciou na sexta-feira o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem esse tipo de avaliação, iniciada no 2º semestre de 96, "padece de um erro de origem, que foi a falta de um debate salutar para orientar a formulação da proposta".

- Anunciado com impacto, o "Provão" deu a idéia de medida para avaliar a capacidade de nossas instituições de ensino superior, tendo condições de



Casildo Maldaner

identificar os pontos fracos do sistema. Mas, para muitos, especialmente os das universidades públicas, ficou a incômoda sensação de algo montado não para averiguar desempenho, mas, prioritariamente, puni-las por eventuais desacertos - ressaltou.

É grave, para Maldaner, a denúncia da UNE de que ins-

tuições reconhecidamente deficientes obtiveram bom conceito, no "Provão", por submeterem os alunos a testes simulados de avaliação exclusivamente do exame do MEC, como o ocorrido "nos anos 70, com as provas objetivas".

A solução para o universitário brasileiro, disse o senador, estaria no programa denominado Paiub, lançado pelo então ministro Murílio Hfngel, no governo Itamar Franco, que, centrado nos cursos de graduação, envolvia a auto-avaliação, a avaliação externa e a execução de medidas necessárias à melhoria dos cursos.

## Ignácio defende utilização do FGTS para o pagamento de curso superior

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) defendeu projeto de sua autoria que permite ao trabalhador utilizar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar despesas com curso universitário.

Segundo o senador, o projeto visa corrigir o desnível de acesso ao ensino superior, que, para ele, é um paradoxo: o Estado financia a entrada dos que têm melhor condição financei-

ra, "enquanto os menos dotados financeiramente são os que têm de pagar o ensino privado, este, sim, em geral inferior e, quase sempre, noturno, após a jornada de trabalho".

José Ignácio ressaltou que a regulamentação da futura lei exigirá comprovação do bom desempenho acadêmico do retirante da parcela do FGTS e que a universidade beneficiada atenda a requisitos de qualidade investigados pelo Mi-



José Ignácio

nistério da Educação.

O senador lembrou que o milagre econômico dos "Tigres Asiáticos" deve-se principalmente ao investimento maciço em educação.



Gilvam Borges

## Gilvam propõe reconhecer a ultra-sonografia

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) dirigiu apelo ao Conselho Federal de Medicina para que seja reconhecido, como especialidade médica, o exame de ultra-sonografia, já que, no seu entendimento, precisa ser praticado por profissionais com um conhecimento da anatomia seccional e patológica, de fisiologia, endocrinologia, ginecologia e obstetrícia, além dos princípios físicos da técnica, para poder aplicá-los e interpretá-los corretamente.

Segundo Gilvam Borges, de acordo com levantamento da Sociedade Brasileira de Ultra-Sonografia, foram vendidos, por apenas seis firmas nacionais, mais de 10 mil aparelhos de médio porte e mais de 500 de grande porte, e cerca de 25 mil médicos fazem esse exame no Brasil, alguns em tempo integral e outros em tempo parcial. Mas, como disse, muitos deles não têm qualificação específica para atuar no ramo e não há qualquer tipo de controle.

UMA SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO E CARLOS PATROCÍNIO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.